



ACTA N.º 30
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15-12-2008
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no edifício dos Paços do Concelho, sob a direcção do Sr. Vice-Presidente Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos e com a presença dos Srs. Vereadores Dr. Luís Miguel Capão Filipe, Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Doutor Gonçalo Nuno Caetano Alves, Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins, Dr. Nuno Manuel Marques Pereira, Dr.ª Margarida Dias Ferreira e Dr. António Rocha Dias de Andrade.

Pelas 10:30, o Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a presente reunião.

FALTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Presidente Dr. Élio Manuel Delgado da Maia.

APROVAÇÃO DAS ACTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta n.º 29.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: - O Sr. Vice-Presidente da Câmara deu início à discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2009 DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO: - O Sr. Vice-Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira para que apresentasse os documentos em apreciação. O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira apresentou de forma sucinta as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009, salientando três pontos que considerou mais relevantes e com maior notoriedade, como sejam a crise internacional, o início do desbloqueamento das verbas do QREN e por último as comemorações dos 250 anos da elevação de Aveiro a Cidade, uma vez que o Plano de Actividades está muito marcado por este evento.

Os Senhores Vereadores Dra. Marília Martins e Dr. Nuno Marques Pereira, solicitaram alguns esclarecimentos, nomeadamente quanto às verbas inscritas para a Carta Educativa, a Polis Ria, a aquisição de terrenos do PDA - Parque Desportivo de Aveiro, E.M., a Pista de Remo, a Semana da Mobilidade, a construção do Forno Crematório, a reabilitação/construção de edifícios de Habitação Social, a operacionalização do protocolo com o Estabelecimento Prisional de Aveiro e ainda sobre o mapa de pessoal.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira esclareceu de forma detalhada as várias questões suscitadas.

De seguida, o Sr. Vice-Presidente colocou à votação, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009 da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, tendo estes documentos sido aprovados por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Vice-Presidente Eng.º Carlos Santos que também fez uso do voto de qualidade, dos Sr.ºs Vereadores Dr. Miguel Capão Filipe, Dr. Pedro Ferreira e Doutor Caetano Alves, e os votos contra dos Sr.ºs Vereadores Dr.ª Marília Martins, Dr. Nuno Marques Pereira, Dr.ª Margarida Ferreira e Dr. Rocha Andrade.

Foi ainda deliberado submeter a proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Após a votação, o Sr. Vereador **Dr. Nuno Marques Pereira** fez a seguinte declaração de voto: “- A primeira questão prende-se com a falta do Sr. Presidente, e não vale dizer que está em viagem de representação, pois há 365 dias no ano, e, no dia em que se aprova o último orçamento do mandato, não há justificação política para a ausência. Em segundo, e por causa dessa ausência, essa aprovação é feita com o uso do voto de qualidade, pelo Sr. Presidente em exercício, o que constitui uma fragilidade do documento. Em terceiro, dizer que este orçamento continua a ser fantasioso, pois se os orçamentos têm evoluído de uma forma crescente, este diminuiu um pouco: 151,8 [milhões de €], em 2006, 191 [milhões de €], em 2007, em 2008, 181 milhões de euros, e agora, em 2009, aproximadamente 173 milhões de euros. Assim, temos dificuldade em perceber as críticas que nos têm sido feitas, em relação aos montantes dos orçamentos dos mandatos anteriores, e, portanto, após aprovado o empréstimo, e era esse o grande argumento político para o facto de haver essa enormidade orçamental, ela mantém-se, e não temos dúvida que não se fez caminho para inverter essa tendência fantasiosa dos orçamentos da Câmara de Aveiro. É evidente que, em relação a um conjunto de questões de direcção política e de estratégia política que estão subjacentes a esse orçamento, nós não concordamos com ele, a começar pela introdução, que é feita pelo Sr. Vereador e não pelo Sr. Presidente, como devia ser feito, e, portanto, mais uma prova de que o Sr. Presidente da CMA está afastado deste documento e deste plano de actividades. Assim, deve-se dizer que a comemoração dos 250 anos irá marcar o ano de 2009, mas é evidente que do ponto de vista orçamental e do âmbito da despesa que está prevista aqui, não tem relevância. Não é um vector fundamental do orçamento e nós gostaríamos de ver abordados de uma forma politicamente mais adequada a relevância em relação aos montantes que aqui estão previstos. Queremos referir a duas ou três circunstâncias apontadas por nós, nomeadamente o que diz respeito à Carta Educativa e aos montantes que estão previstos serem gastos em 2009, que é a constatação do facto da inversão da política do Executivo, do abandono da parceria público-privada e do apostar nas questões das candidaturas ao QREN, mas infelizmente perdemos tempo e em 2009 já não teremos as novas escolas, o que é mau. Também referir questões como a mobilidade, que está abandonada pela CMA, e agora vamos à pala de um plano intermunicipal, mas que se não resultar teremos de voltar ao plano municipal de mobilidade, que é uma necessidade para Aveiro para regular este capítulo da vida autárquica. Além da questão da pista de remo, que irá ser uma falácia para quem ler isto como aqui está, temos a da semana da mobilidade, que ainda não existe. Enfim, há nesse orçamento um conjunto de circunstâncias com as quais não concordamos. Na questão do pessoal não há qualquer leitura política da vossa parte, assim como há outras circunstâncias, nomeadamente a do empréstimo, em que temos dificuldade em perceber como isso poderá ser gerido. Há a questão dos SMA's em que continua a apostar-se, já há alguns orçamentos, na sua concessão e isso nunca acontece, pois sustenta uma grande parte das receitas correntes, e que ninguém acha viável que alguém venha a pagar em 2009 mais de onze milhões de contos por eles. Portanto, estamos naquele capítulo do irreal e nós gostaríamos era de ter visto do Executivo uma política mais real, no que respeita aos números e às previsões para 2009.”

Em seguida o Sr. Vereador **Dr. Pedro Ferreira** passou a declarar que. “- Considerando que este é um orçamento que corresponde àquilo que a Câmara Municipal de Aveiro tem como obrigação concretizar, durante o ano de 2009, este documento é baseado em três factores essenciais, nomeadamente na concretização de projectos do IV Quadro Comunitário de Apoio do QREN, na crise internacional que atravessamos e que se espalhou durante o ano de 2008 à chamada economia real, e que se espera atingir em 2009 o seu auge, e também nas

comemorações dos 250 anos da elevação da nossa cidade, que é importante para os aveirenses. Estes três vectores são importantes, já que se espera que a crise venha a afectar sobremaneira as receitas da CMA, nomeadamente em termos de impostos da sua responsabilidade, especialmente o IMT e o IMI. Irão ser afectados outros âmbitos de actividades, em que a CMA também será atingida, e acreditamos que, em 2009, serão imputadas às administrações locais as responsabilidades da administração central, como se tem já verificado em ocasiões anteriores, já que ainda agora o Sr. Primeiro-Ministro acenou com algumas benesses à população, onerando as administrações locais, que são, em todo o mundo, os motores da Economia. O segundo vector, que são os fundos comunitários, durante dois anos aguardamos a introdução do IV Quadro Comunitário, e parece que 2009 será de facto um ano importante, quando temos previstas receitas de FEDER acima dos 15 milhões de euros, o que sem dúvida irá afectar o funcionamento do nosso Município. O terceiro vector, que mais significará aos aveirenses, a comemoração dos 250 anos, parece-nos um factor decisivo, já que as actividades da CMA serão dirigidas para esta efeméride importante. Apenas uma referência a mais, que devido ao passado financeiro da CMA, mais uma vez ainda não foi possível eliminar parte substancial da dívida que o orçamento tinha, até por atraso de outros órgãos da administração na aprovação deste documento. Parece-nos que será um ano de transição e mudança, acompanhado de uma crise internacional, com eleições em diversos níveis, mas importante para todos nós.”

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 11:30. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que foi assinada pelo Sr. Vice - Presidente da Câmara Carlos Manuel da Silva Santos e por mim, _____, João Carlos Vaz Portugal, Director do Departamento Administrativo e de Pessoal.

